

A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872*

Mario Marcos Sampaio Rodarte*
José Maria dos Santos Júnior♦

Palavras-chave: censo demográfico de 1872; avaliação de dados; método de correção; estrutura ocupacional.

Resumo

O Recenseamento Geral do Império de 1872 passou por alguns estudos críticos, que apontaram erros, tais como de soma e de impressão da publicação. Contudo, as correções propostas tinham sido insuficientes para eliminar, de todo, as suas inconsistências, que acabam por comprometer as análises. O presente trabalho objetiva apresentar, pela primeira vez, o Método do Resultado Predominante (MRP), que foi desenvolvido pelo núcleo de pesquisa do Cedeplar e a distribuição dos dados ocupacionais do Censo de 1872 resultante desse processo de correção. À luz dos resultados apresentados, procura-se contribuir com o debate na historiografia sobre a estrutura ocupacional da população na segunda metade do Século XIX.

* Trabalho apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina – MG – Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008. O conteúdo do estudo constitui uma síntese de um segmento da tese de doutorado “O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista” de Rodarte (2008), e do trabalho monográfico intitulado “A estrutura ocupacional revisitada: a nova metodologia de correção dos dados censitários de 1872” de Santos Júnior (2007). Os autores agradecem a cessão da base de dados originais do Censo de 1872 à Profa. Clotilde Paiva e ao Prof. Tarcísio Botelho.

* Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG, com bolsa CNPq, e mestre em Economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

♦ Graduado em Ciências Econômicas – UFMG. Economista do Ministério da Fazenda.

A estrutura ocupacional revisitada: uma proposta de correção dos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872*

Mario Marcos Sampaio Rodarte*
José Maria dos Santos Júnior*

Introdução

O Recenseamento Geral do Império, realizado em 1872, é considerado o primeiro levantamento censitário oficial brasileiro. No âmbito da periodização sobre as estatísticas demográficas nacionais proposta por Marcílio (1986: 14), que levava em consideração a “existência, qualidade, universalidade, representatividade e grau de credibilidade dos dados demográficos”, coube ao Censo de 1872 o papel de inaugurar o período atual, denominado “estatístico”, que seria caracterizado pela substancial melhora, tanto quantitativa, quanto qualitativa das fontes com informações demográficas, em relação aos períodos anteriores.

Além de ser um marco decisivo no processo de desenvolvimento das estatísticas demográficas brasileiras, o Recenseamento Geral de 1872 assume uma importância impar pelo momento histórico em que foi aplicado, sendo este o único censo de abrangência nacional do período imperial e escravista. Ainda mais, dos primeiros censos demográficos brasileiros foi o arrolamento populacional que melhor retratou a população e sociedade, não apenas pela riqueza e abundância das informações levantadas, mas também pela cobertura e qualidade, que só seria comparável ao censo elaborado quase meio século depois, em 1920.

Mais recentemente, a tese seminal de Martins (1980), sobre economia e população da Minas Gerais Oitocentista, apontou divergências nos dados ocupacionais de Minas Gerais na comparação entre os que eram oficialmente divulgados pelo Censo de 1872, em relação aos que eram obtidos pela somatória dos dados paroquiais da Província. Diante dos resultados desconcertados, Paiva e Martins (1983) asseveravam que os erros de soma contidos na publicação oficial dos dados mais agregados assumiam tal gravidade, que eram capazes de distorcer o perfil da população recenseada, e assim, invalidar qualquer análise baseada nesses dados gerais. Assim, como a categorização da população segundo as profissões, os cálculos populacionais de outras formas de segmentação, como a distribuição étnica e origem deveriam ser refeitos, aproveitando dos recursos da informática disponíveis.

* Trabalho apresentado no XIII Seminário sobre a Economia Mineira, realizado em Diamantina – MG – Brasil, de 26 a 29 de agosto de 2008. O conteúdo do estudo constitui uma síntese de um segmento da tese de doutorado “O trabalho do fogo: Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista” de Rodarte (2008), e do trabalho monográfico intitulado “A estrutura ocupacional revisitada: a nova metodologia de correção dos dados censitários de 1872” de Santos Júnior (2007). Os autores agradecem a cessão da base de dados originais do Censo de 1872 à Profa. Clotilde Paiva e ao Prof. Tarcísio Botelho.

* Doutorando em Demografia pelo Cedeplar/UFMG, com bolsa CNPq, e mestre em Economia (Cedeplar/UFMG). E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

* Graduado em Ciências Econômicas – UFMG. Economista do Ministério da Fazenda.

Esse diagnóstico quanto à baixa qualidade do Censo de 1872, no tocante aos dados oficiais mais agregados do Brasil e províncias, gerou um movimento de valorização dos seus dados paroquiais e, no Cedeplar, motivou a construção de uma base de dados digital que contivesse os dados das 1.440 paróquias recenseadas. Uma vez constituída, essa base de dados possibilitou rever aspectos que estavam cristalizados na historiografia, como o número excessivo de escravos mineiros na agricultura (Paiva e Martins, 1983), além de propiciar as vantagens operacionais inerentes a quaisquer outras bases de dados digitais, de se fazer novas agregações espaciais e de outras naturezas. Contudo, detectou-se, também, incoerências em relação aos dados ao nível das paróquias, o que, para os usuários dessa base de dados, criou insegurança e certo descrédito quanto às informações do Censo de 1872.

O presente trabalho objetiva analisar a natureza dessas inconsistências internas aos dados paroquiais do Censo de 1872 e apresentar o Método do Resultado Predominante (MRP), que foi desenvolvido pelo núcleo de pesquisa do Cedeplar para, justamente, corrigir essas deficiências presentes nos dados originais. Em síntese, o MRP baseia-se no cotejamento dos dados disponíveis no Censo de 1872 e na eliminação, por processos de automação computacional, das suas inconsistências internas, mantendo a diretiva de minimização de interferência sobre o dado original. Para exemplificar o processo de correção dos dados, foi privilegiada a segmentação por profissões, sendo, ao final, apresentada a distribuição ocupacional corrigida do Censo de 1872.

Este trabalho foi dividido em cinco partes, além desta introdução e alguns comentários finais. A primeira parte versa sobre o Recenseamento Geral do Império, e trata de como se deu o censo, os acontecimentos, a apuração, o formato original, dentre outros pontos. A segunda seção relata a disponibilidade dos dados. Numa terceira divisão está exposta a nova metodologia de correção dos dados censitários. A parte subsequente trata-se os procedimentos da correção para a estrutura ocupacional. Na quinta seção descreve-se a nova configuração das ocupações após a aplicação da metodologia.

1. O Recenseamento do Império de 1872

O Recenseamento Geral do Império de 1872 foi a única experiência de arrolamento populacional que logrou sucesso em contemplar quase que toda a população do Brasil, no seu período imperial e escravista. Antes desse Censo, o máximo que se tinha obtido em termos de arrolamentos populacionais eram censos de abrangência regional e tentativas de se fazer algo mais ambicioso e amplo que, porém, foram abortadas antes de se concretizarem¹.

A modernização da gestão do estado requeria a disponibilidade de informações sobre a totalidade da população e suas principais características. Pode-se dizer, até mesmo, que “o interesse o governo imperial brasileiro em realizar o censo geral da população de 1872 está dentro do espírito que predominava em todo o mundo ocidental no decorrer do Século XIX”. Os dois passos determinantes para que o censo se concretizasse foram dados com a promulgação da lei nº. 1829 de 09 de setembro de 1870 – que estabelecia a constituição de

¹ As clássicas “Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império”, de Silva (1986), e o “Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brasil” (Recenseamento do Brasil de 1920, 1986) – que constituem trabalhos de recapitulação dos levantamentos populacionais para subsidiar o planejamento e descrever os estados-da-arte às vésperas dos censos de 1872 e 1920, respectivamente – e mais recentemente, o trabalho de Botelho (1998) apresentam as experiências e relatos desses diversos recenseamentos e contagens populacionais em cada capitania/província do país, que precederam o Censo de 1872.

censos decenais, que seriam executados pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), também criada por essa lei – e do decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871, que tratava da fixação dos detalhes da execução do censo² (Paiva, Martins, 1983: 4).

Por esse decreto, “ficou determinado que, em cada paróquia do Império, haveria uma comissão censitária composta de 5 membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado, cujo número seria fixado pelos presidentes de província, tendo em vista a população de cada paróquia e sua distribuição no espaço” (Paiva, Martins, 1983: 4). As comissões censitárias receberiam da DGE, os lotes de “boletins de família”, que eram os questionários do censo, e os redistribuiriam para os agentes recenseadores.

Estes recenseadores iriam de casa, em casa, encaminhar, para cada chefe de família, um “boletim de família”, durante os 15 dias anteriores à 1º de agosto de 1872, data de referência do censo. Na seqüência, ainda pelo decreto nº 4856, os “boletins de família”, uma vez preenchidos, seriam recolhidos pelos mesmos agentes recenseadores, no prazo de 10 dias após a data de referência³. Os dados constantes nos “boletins de família” seriam checados, e os erros corrigidos. Por fim, nos 5 dias seguintes, as comissões receberiam o material, e, após uma conferência e cumpridos outros trâmites legais, expediriam de volta para a DGE, na Corte (Paiva, Martins, 1983: 15).

Além dos graves deficiências dos dados decorrentes da auto-declaração nos levantamentos censitários, mesmo em se tratando de sociedades mais letradas, deve-se considerar que os problemas referentes à falta de uniformidade das respostas, omissão e de erros de interpretação das questões se agravavam quando se considera que o número de pessoas que sabiam ler e escrever, pelos próprios dados do Censo de 1872, era quase igual ao número de famílias. Deve-se, com isso, considerar o farto volume de trabalho na checagem e correção das informações produzidas pelos próprios chefes de família, ou por algum outro residente alfabetizado, caso este existisse.

De fato, a questão da baixa escolarização deve ter contribuído para os erros de planejamento logístico para a execução do censo, que derivaram, sobretudo, da subestimação dos problemas inerentes ao desafio de se recensear um país de proporções continentais, com a infra-estrutura de meios de transporte e comunicação daquela época. Com isso, os prazos muito curtos inicialmente estipulados para o levantamento do censo não foram cumpridos e quatro das 21 províncias adiaram a data de execução do censo⁴. A não realização simultânea do censo em todo o território pode também ter comprometido a qualidade do censo, como foi ressaltado por Paiva e Martins (1983: 7-8).

² Segundo Paiva e Martins (1983: 6), as normas previstas no decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 procuravam contornar algumas dificuldades enfrentadas pelos recenseadores da recém criada DGE na execução do arrolamento da população do Município da Corte, de abril de 1870, que por isso, pode ser considerado a pesquisa de ensaio para o Recenseamento de 1872.

³ O decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 também previa algumas sanções legais (multas) para aqueles que se recusassem a prover as informações ou respondessem erroneamente.

⁴ São Paulo foi a província que mais atrasou o levantamento de informações, que se deu, por fim, em janeiro de 1874.

2. O acesso às informações disponíveis do Censo de 1872

Para que não se atrasasse ainda mais a finalização da contagem e publicação do Censo de 1872, não se esperou pelo levantamento e chegada dos dados de 32 paróquias, e, a despeito do enorme volume de informações a serem trabalhadas, a DGE conseguiu finalizar seus trabalhos ainda em 1876.

Para cada uma das 1.440 paróquias recenseadas, foram gerados seis quadros padronizados contendo as principais informações produzidas a partir da síntese dos dados contidos nos “boletins das famílias”, como se observa no Quadro 1.

Quadro 1 – Organização das informações divulgadas no Censo de 1872, por atributos pessoais e socioeconômicos, segundo quadro padronizado disponível por paróquia

Quadros paroquiais	Atributos pessoais e socioeconômicos
1. Quadro geral da população	Condição, sexo, cor, estado civil, religião, nacionalidade, nível de alfabetização, defeitos físicos e número casas (habitas e desabitadas) e de fogos
2. População presente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idades
3. População ausente em relação à idade	Sexo, condição, cor, idades
4. População em relação à nacionalidade brasileira	Sexo, condição, estado civil, cor, província de origem
5. População em relação à nacionalidade estrangeira	Sexo, condição, estado civil, cor, país de origem
6. População em relação à profissão	Nacionalidade, condição, sexo, estado civil, profissões

Fonte: DGE – Recenseamento do Império de 1872.

A edição original da publicação do Censo de 1872 foi organizada em 12 volumes, como apresenta o Quadro 2. Conta-se que apenas 50 exemplares dessa publicação foram disponíveis à venda. Com isso, esses exemplares da edição original do censo transformaram-se em obras raras, encontradas em poucas bibliotecas, e constituíram na únicas referências aos dados do Recenseamento, uma vez que os “boletins das famílias” não foram conservados.

Quadro 2 – Organização dos dados do Censo de 1872, por área de abrangência, segundo o volume da edição original

Volume	Área de abrangência	Volume	Área de abrangência
1.	Império do Brasil (quadros sínteses)	7.	Minas Gerais (parte 1)
2.	Amazonas e Alagoas	8.	Minas Gerais (parte 2)
3.	Bahia	9.	Paraná, Piauí e Pernambuco
4.	Ceará	10.	Rio de Janeiro
5.	Espírito Santo, Paraíba e Pará	11.	Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
6.	Goiás, Maranhão, Mato Grosso	12.	São Paulo e Sergipe

Fonte: DGE – Recenseamento do Império de 1872.

Atualmente, além das fontes secundárias com dados do Recenseamento de 1872, o acesso às informações ampliou-se com a disponibilização, por internet, do acervo referente aos seus 12 volumes originais de 1876, na biblioteca virtual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cabe ressaltar, contudo, que não se trata de dados compilados em planilhas eletrônicas, mas de arquivos digitais de imagem das páginas do Censo, nem sempre inteligíveis.

Em princípios da década de 1980, um importante passo em direção à maior disponibilização, permitindo o manuseio computacional dos dados foi dado pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR) que, em uma pesquisa com

financiamento do INPES/IPEA, através do Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), transcreveu, em meio digital, todo o acervo dos dados das paróquias recenseadas, o que representou a digitalização dos 8.640 quadros paroquiais.

O uso dessa versão em meio magnético do Censo de 1872 foi crescendo ao longo do tempo, à medida em que se difundia o uso do computador e que mais pesquisadores da demografia histórica travavam conhecimento sobre a existência desse acervo virtual.

Na segunda metade da década de 1990, visando dar maior publicidade ao banco de dados previamente produzido, nova pesquisa foi realizada, no âmbito da Fundação João Pinheiro, e posteriormente, no IPEA, que consistiu na conferência e correção de digitação, pela comparação com os microfimes da publicação original, dos dados de algumas províncias que restavam ser checados na pesquisa original do Cedeplar⁵. Além da revisão para uma maior fidelidade do acervo digital em relação aos originais, a nova pesquisa objetivava gerar um segundo banco de dados, semelhante ao primeiro, mas com algumas alterações visando a correção dos erros de soma e de impressão mais evidentes, constantes na obra impressa do Censo. Tais alterações foram documentadas em um relatório, que também continha a metodologia desenvolvida para a correção dos dados.

Concomitante ao processo de revisão e robustecimento da base de dados do Censo de 1872, empreendido pela Fundação João Pinheiro e IPEA, o Cebrap, que já tinha tido acesso à base original do Cedeplar, elaborou um novo banco de dados, e o disponibilizou pela internet. Segundo o texto que acompanha esse acervo digital, para a constituição da base de dados de 1872, consta que:

“utilizamos numa primeira fase (ainda que parcialmente) a digitação realizada pela equipe de pesquisadores do CEDEPLAR, no início dos anos 1980. No estudo crítico realizado pelo CEDEPLAR, constatou-se, através do tratamento informatizado dos dados publicados, que havia distorções nos dados provinciais, resultantes de erros no processo de agregação realizado no século XIX. Procuramos ir mais a frente com este nosso estudo e, além de corrigirmos estas distorções nas agregações totais (no nível das províncias e do Império), realizamos um exame minucioso da consistência interna dos dados no nível das paróquias, utilizando recursos da estatística e da informática, e comparando os dados digitados com os originais para verificar e corrigir possíveis erros” (CEBRAP, s.d.)

A disponibilização da base de dados de 1872 na internet, pelo Cebrap, ainda que sujeita a uma revisão em que não se publicou a documentação da metodologia de correção dos dados originais, representou outro grande avanço na remoção de dificuldades de acesso à base por parte dos pesquisadores. Juntamente com essa base de dados, foram disponibilizados os dados do censo de 1890 e os arquivos, em imagem, dos 12 volumes da publicação original do censo de 1872.

O texto a seguir trata de descrever a proposta de metodologia alternativa de correção dos dados do Censo de 1872, bem como de apresentar os impactos que sua aplicação proporciona em relação aos dados originais. Estes resultados também são cotejados com o produto da correção empregada pelo Cebrap, em seu banco de dados.

⁵ Do banco de dados em meio magnético inicialmente construído, restava fazer a checagem dos dados das paróquias das províncias do Amazonas, Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, e Corte.

3. O método do resultado predominante (MRP) para correção dos dados de 1872

O primeiro problema que se depara ao se buscar utilizar os dados originais mais gerais do acervo digital do Censo de 1872 do Cedeplar relaciona-se à decisão de qual número privilegiar. De fato, como se observa na Tabela 1, para cada atributo pessoal ou característica socioeconômica a soma dos números paroquiais dificilmente correspondem ao total que a Diretoria Geral de Estatística (DGE) divulgou para o Brasil, chegando ao paroxismo de se defrontar com números divergentes sobre um mesmo aspecto analisado, em dois momentos da exposição das estatísticas, para uma mesma unidade paroquial.

Tabela 1 – Total da população segundo o oficialmente divulgado e segundo a soma nas 11 seções das tabelas paroquiais – Brasil – 1872

Seções dos quadros paroquiais	Natureza dos resultados	Livres		Escravos		Total (1)	Diferença do oficial
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
A) Total (oficial DGE)	Dados oficiais	4.318.699	4.100.973	805.170	705.636	9.930.478	-
B) Quadros paroquiais							
1º Quadro geral							
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	4.319.510	4.108.325	805.203	705.709	9.938.747	8.269
2 - Cor "Raças"		4.322.576	4.101.295	856.115	706.178	9.986.164	55.686
3 - Estado marital		4.315.199	4.148.554	805.626	706.512	9.975.891	45.413
4 - Religião	Soma das categorias	4.316.596	4.104.956	804.682	705.315	9.931.549	1.071
5 - Nacionalidade		4.318.627	4.102.482	805.113	705.824	9.932.046	1.568
6 - Instrução		4.318.638	4.228.222	802.960	705.818	10.055.638	125.160
2º e 3º quadros - por grupos de idade							
7 - Pop. presente/ausente por idade	Soma das categorias	4.326.075	4.098.487	804.597	705.177	9.934.336	3.858
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	4.317.827	4.174.553	853.566	737.088	10.083.034	152.556
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem							
9 - População por local de origem	Soma das categorias	4.319.678	4.103.178	804.478	705.545	9.932.879	2.401
6º quadro - por profissão							
10 - População por profissão	Soma das categorias	4.334.802	4.169.869	804.155	704.425	10.013.251	82.773
11 - Total da população	Colunas de totais	4.319.474	4.100.562	804.908	705.597	9.930.541	63

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

As seções de 1 a 6 correspondem à 1º “quadro geral”; As duas seções seguintes referem-se aos segundo e terceiro quadros de distribuição etária. A nona seção mescla dados do quarto e quinto quadros, sobre população por origem de província ou nação. As duas últimas seções originam do 6º quadro.

(1) Pela soma dos dados apresentados, e não pela coluna de somatória original da publicação das paróquias.

Se as divergências predominam em cada seção de totalização dos dados da população no conjunto das paróquias, como mostrado na Tabela acima, o mesmo não se sucede quando se toma, isoladamente, os números de cada paróquia, que se mostram mais coerentes entre si. Os dados censitários de uma das duas paróquias que formam a sede municipal da capital de Minas Gerais, na Tabela 2, ilustram essa afirmação. Na Paróquia de N. Sra. do Pilar de Ouro Preto, não havia divergência de totais entre as mulheres escravas. Mesmo nos demais segmentos populacionais, que apresentaram ocorrências de totais discrepantes em relação ao resultado predominante, a maioria dos resultados mantiveram-se coerentes uns com os outros.

Tabela 2 - Total da população nas 11 seções das tabelas paroquiais, segundo condição e sexo - Paróquia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto - 1872

Seções dos quadros paroquiais	Natureza dos resultados	Livres		Escravos		Total (1)	Diferença da moda
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres		
A) Resultado predominante	Moda	3.661	3.089	480	471	7.701	-
B) Quadros paroquiais							
1º Quadro geral							
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	3.661	3.089	480	471	7.701	0
2 - Cor "Raças"		3.661	3.089	480	471	7.701	0
3 - Estado marital		3.661	3.089	480	471	7.701	0
4 - Religião	Soma das	3.661	3.089	480	471	7.701	0
5 - Nacionalidade	categorias	3.661	3.089	480	471	7.701	0
6 - Instrução		3.661	3.089	480	471	7.701	0
2º e 3º quadros - por grupos de idade							
7 - Pop. presente/ausente por idade	Soma das categorias	3.661	3.089	479	471	7.700	-1
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	3.661	3.089	480	471	7.701	0
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem							
9 - População por local de origem	Soma das categorias	3.661	3.089	480	471	7.701	0
6º quadro - por profissão							
10 - População por profissão	Soma das categorias	3.657	3.093	480	471	7.701	0
11 - Total da população	Colunas de totais	3.661	3.089	480	471	7.701	0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar. Números divergentes em relação à moda estão em negrito.

(1) Pela soma dos dados apresentados, e não pela coluna de somatória original da publicação das paróquias.

De fato, as discrepâncias são exceções à regra, como mostra a análise de todas as 1.440 paróquias brasileiras recenseadas, pela Tabela 3. Entre os livres, notou-se que as totalizações de pouco mais de 60% das paróquias não se divergiram entre si, tanto entre homens (61,3%) quanto para mulheres (64,1%). O número máximo de divergências em relação ao resultado modal, equivalente à quatro, foi observado em apenas uma paróquia, tanto para entre os homens, quanto entre as mulheres livres.

Em relação às informações do segmento município da população, detectou-se total coerência em cerca de 80% das paróquias, para ambos os sexos. Como no caso das informações dos livres, a maior parte das paróquias com divergências de resultados do número de escravos, entre si, decorria do fato de apenas uma totalização ser destoante das 10 demais totalizações, seja entre os homens (18,3%), seja para as mulheres (17,6%). Provavelmente, a menor frequência de paróquias com dados problemáticos para os escravos que para os livres era decorrente do menor número daqueles em relação a estes, o que diminuía a possibilidade de erros de soma, e aumentava a eficiência das checagens das operações.

Tabela 3 – Paróquias segundo ocorrência de totais divergentes ao número modal nas 11 seções de totalizações das tabelas paroquiais, por condição e sexo - Brasil - 1872

Ocorrências de discrepâncias em relação à moda	Livres				Escravos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	1.440	100,0	1.440	100,0	1.440	100,0	1.440	100,0
Sem desvio	882	61,3	923	64,1	1.143	79,4	1.159	80,5
1 Ocorrência	431	29,9	406	28,2	264	18,3	254	17,6
2 Ocorrências	114	7,9	95	6,6	30	2,1	24	1,7
3 Ocorrências	12	0,8	15	1,0	3	0,2	3	0,2
4 Ocorrências	1	0,1	1	0,1	0	0,0	0	0,0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Inicialmente, suspeitava-se que os desvios da moda decorriam da omissão da população sem informação para determinados atributos pesquisados, como profissão. Mediante análise da Tabela 4, refutou-se essa hipótese como única responsável pelos desvios em relação à moda, uma vez que os mesmos eram, ora menores, ora maiores que o resultado predominante. De fato, os resultados expostos sugerem a existência de outras razões para os erros, como os advindos de impressão e, também, de soma. É provável que este último tenha uma responsabilidade menor do que apregoava Paiva e Martins (1983: 2), pois no caso dos desvios superiores à moda, ter-se-ia que supor, como correto, a soma das categorias, e desprezar as outras 10, 9 ou 8 totalizações das demais tabelas, o que parece pouco razoável.

Tabela 4 – Distribuição das paróquias segundo o resultado modal nas 11 seções de totalizações das tabelas paroquiais, em relação ao número modal e divergência para mais e para menos, por condição e sexo – Brasil – 1872

Seções dos quadros	Natureza dos resultados	Diferença em relação à moda								
		Livres				Escravos				
		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
		menor	maior	menor	maior	menor	maior	menor	maior	
1º Quadro geral										
1 - Total - "Almas"	Coluna de total	3	5	4	4	3	1	3	1	
2 - Cor "Raças"		13	18	10	8	3	11	8	4	
3 - Estado marital		18	12	15	20	9	6	10	7	
4 - Religião	Soma das categorias	6	2	10	9	8	7	5	4	
5 - Nacionalidade		11	13	9	10	6	4	9	4	
6 - Instrução		5	7	19	10	5	3	7	6	
2º e 3º quadros - por grupos de idade										
7 - Pop. presente/ausente por idade	Soma das categorias	137	135	141	139	64	70	73	47	
8 - Total da pop. presente/ausente	Colunas de totais	12	7	12	9	4	8	12	5	
4º e 5º quadros - por província ou nação de origem										
9 - População por local de origem	Soma das categorias	56	42	43	21	20	14	14	26	
6º quadro - por profissão										
10 - População por profissão	Soma das categorias	79	102	80	63	31	53	44	16	
11 - Total da população	Colunas de totais	8	8	5	4	2	1	4	2	

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

De posse das evidências apresentadas, passou-se para a tarefa de elaboração de uma forma de correção dos dados do censo que valorizasse os resultados predominantes das

estatísticas paroquiais quanto ao sexo e condição social, e, inclusive, que tomasse como ponto de partida esses valores modais.

O princípio do processo de correção, com efeito, consistiu no estabelecimento do valor modal da população segmentada por sexo e condição social como os valores que deveriam ser considerados como corretos. Não deixou de surpreender o fato de que a soma dos valores modais das paróquias havia correspondido com os valores totais da população divulgados pela DGE, constantes na primeira linha da Tabela 1. Com isso, concluiu-se que o método provavelmente resgatava o expediente adotado pelos técnicos da DGE, que consistiria em empregar, nas somatórias de províncias e da nação, o resultado predominante ao nível paroquial, desvencilhando-se das inconsistências e dos problemas de soma, vez por outra encontrados⁶.

Os dados paroquiais da população por sexo e condição são úteis para uma série de estudos, como aqueles que investigam os níveis de dinamismo demográfico das regiões, pelas comparações intercensitárias. Entretanto, para se fazer o necessário estudo de composição da população, era forçoso conhecer, também, a distribuição da população por cor, estado marital, e, sobretudo, idade. Tais categorias, entretanto, não eram passíveis de serem obtidas pelo mesmo processo de extração da moda. Daí, formulou-se outros dois métodos, interdependentes, para a correção dos dados mais desagregados do censo, e que mantivessem a coerência com o processo de correção da primeira etapa.

O segundo módulo do método consistiria na correção de categorias que se repetiriam, ao menos em três momentos, em alguns dos seis quadros do censo, tal como “raças” – presente no Quadro Geral e duas vezes nos 2º e 3º quadros do censo: uma distribuída por faixas etárias; e outra como total, nas colunas finais do quadro. O “estado civil” – presente no Quadro Geral, e duas vezes nos 4º e 5º quadros (das populações por província de origem e “nacionalidade”) – também foi obtido mediante aplicação do segundo módulo do método.

Trata-se de um processo de escolhas automáticas, feitas por programa de computador, em que se confronta os valores de cor e estado marital nas três partes do censo, sendo escolhidas aquelas distribuições, a nível paroquial, cujas somas correspondessem aos valores modais obtidos na primeira parte do método. A Tabela 5 apresenta a soma dos dados paroquiais corrigidos pelo MRP, aqui tratado. Uma implicação lógica do modelo de correção, vale reiterar, é a de que, pela primeira vez, a soma dos dados das partes (paróquias) passavam a ser correspondentes aos dados totais oficialmente divulgados (de províncias e Império), ao menos nos segmentos por sexo e condição social.

Quanto aos resultados por cor e estado marital corrigidos pelo MRP, porém, não foi observada a correspondência com os dados divulgados, o que mostra os limites técnicos da DGE em chegar nos dados mais coerentes. Contudo, deve-se considerar que as distribuições percentuais encontradas pelo MRP são muito próximas daquelas obtidas pelo resultado oficial.

⁶ A primeira etapa do método de correção aqui apresentado começou a ser desenvolvido a partir de 2006 e seus resultados foram empregados nos trabalhos de Mello Filho (2006); Mello Filho, Santos Júnior e Rodarte (2006) e Mello Filho, Rodarte e Santos Júnior (2007).

Tabela 5 – Total dos dados paroquiais corrigidos pelo método modal, por sexo e condição, segundo cor e estado civil – Brasil - 1872

Atributos pessoais	Livres				Escravos				Total	
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		N.	%
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%		
Dados divulgados pelo DGE										
Brasil	4.318.699	100,0	4.100.973	100,0	805.170	100,0	705.636	100,0	9.930.478	100,0
Cor										
Branco	1.971.772	45,7	1.815.517	44,3	-	0,0	-	0,0	3.787.289	38,1
Pardo	1.673.971	38,8	1.650.307	40,2	252.824	31,4	224.680	31,8	3.801.782	38,3
Preto	472.008	10,9	449.142	11,0	552.346	68,6	480.956	68,2	1.954.452	19,7
Caboclo	200.948	4,7	186.007	4,5	-	0,0	-	0,0	386.955	3,9
Estado Civil										
Solteiro	2.975.446	68,9	2.752.582	67,1	711.869	88,4	622.804	88,3	7.062.701	71,1
Casado	1.165.866	27,0	1.121.000	27,3	73.079	9,1	63.016	8,9	2.422.961	24,4
Viúvo	177.387	4,1	227.391	5,5	20.222	2,5	19.816	2,8	444.816	4,5
Dados corrigidos pelo MRP										
Brasil	4.318.699	100,0	4.100.973	100,0	805.170	100,0	705.636	100,0	9.930.478	100,0
Cor										
Branco	1.967.118	45,5	1.813.992	44,2	-	0,0	-	0,0	3.781.110	38,1
Pardo	1.680.046	38,9	1.651.608	40,3	246.641	30,6	223.397	31,7	3.801.692	38,3
Preto	470.552	10,9	449.122	11,0	558.529	69,4	482.239	68,3	1.960.442	19,7
Caboclo	200.983	4,7	186.251	4,5	-	0,0	-	0,0	387.234	3,9
Estado Civil										
Solteiro	2.977.146	68,9	2.751.978	67,1	711.881	88,4	623.199	88,3	7.064.204	71,1
Casado	1.164.547	27,0	1.122.881	27,4	73.094	9,1	62.684	8,9	2.423.206	24,4
Viúvo	177.006	4,1	226.114	5,5	20.195	2,5	19.753	2,8	443.068	4,5

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

4. A correção dos dados ocupacionais de 1872

Para corrigir atributos mais específicos, que não se repetem nos quadros do Censo, como idade e profissões, desenvolveu-se um terceiro módulo de correção, dependente dos dois módulos anteriores. O método de correção das profissões ao nível de paróquias, tal como na etapa anterior, prevê manutenção dos dados originais das linhas do 6º quadro (ou colunas, no caso do acervo digital) que fossem coerentes com os valores modais – no primeiro módulo – e do estado marital – definido no segundo módulo – e uma alteração criteriosa apenas das demais linhas com discrepância de resultados, obedecendo o princípio de se minimizar intervenções realizadas sobre os dados originais. A programação por computador, prediz duas situações distintas nos casos em que se requeriam correções:

1) Nas linhas do 6º quadro de paróquias em que essa diferença em relação ao dado “correto” era pequena (inferior a 1%), corrigia-se os valores de cada categoria de profissão, distribuindo o dado “correto” pro rata à distribuição original;

2) Nos casos mais graves de distorção, em que a soma de pessoas por profissão era muito acima, ou muito abaixo, dos totais indicados nos dois módulos anteriores de correção, pressupunha-se que a função de distribuição estava corrompida, e por isso, deveria ser substituída por outra, supostamente, mais “realista”. No caso, o programação excluía a distribuição distorcida e a trocava por uma nova composição profissional, calculada com base no conjunto das demais paróquias que formavam o município da paróquia sob processo de

correção. Em seguida, o processamento repetia uma operação semelhante à prevista na primeira situação, ao tomar o valor total corrigido e distribuí-lo pro rata à nova distribuição.

Num primeiro momento desse terceiro módulo de correção, os dados de estrangeiros e brasileiros livres são agrupados, formando quadros paroquiais de profissão desagregados em um número menor de linhas que o original, compostos de oito segmentos por condição social, sexo, e, apenas entre os livres, por estado marital. Pela Tabela 6, observa-se que em 68,6% das paróquias, todas as oito linhas do quadro de profissão mostraram-se coerentes com os resultados dos dois módulos anteriores e, por isso, não sofreram nenhuma intervenção. Dentre as províncias selecionadas, mais populosas, esse percentual era maior em São Paulo (78,9%) e Minas Gerais (69,6%), e menor na Bahia (53,8%) e Rio de Janeiro e Corte (58,8%).

Tabela 6 – Distribuição das paróquias, por províncias selecionadas, segundo número de linhas da população por condição social sexo e estado marital dos quadros de profissão com divergências em relação ao resultado predominante – Brasil – 1872

Número de linhas com divergência	Brasil		Minas Gerais		Bahia		Rio de Janeiro e Corte		São Paulo	
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Total	1.440	100,0	356	100,0	169	100,0	136	100,0	142	100,0
0	988	68,6	246	69,1	91	53,8	80	58,8	112	78,9
1	180	12,5	56	15,7	31	18,3	16	11,8	20	14,1
2	165	11,5	29	8,1	25	14,8	24	17,6	7	4,9
3	55	3,8	18	5,1	14	8,3	7	5,1	1	0,7
4	32	2,2	4	1,1	6	3,6	5	3,7	1	0,7
5	6	0,4	1	0,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0
6	12	0,8	2	0,6	2	1,2	2	1,5	1	0,7
7	2	0,1	0	0,0	0	0,0	2	1,5	0	0,0
8	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Uma intervenção mais tópica se fez necessária em 12,5% das paróquias, nas quais uma das oito linhas apontava necessidade de correção, e em outros 11,5%, com demanda de revisão em duas linhas. Com isso, apenas 7,4% das paróquias mereceram intervenções mais substanciais, envolvendo três ou mais linhas, por apresentarem totais inconsistentes. Contudo, nenhuma paróquia sofreu intervenção integral, nas oito linhas.

Em geral, os quadros de profissões das paróquias tendiam a apresentar mais divergências dos resultados predominantes nas linhas referentes às distribuições ocupacionais dos homens livres solteiros e casados, ambos em 11,7% das paróquias (Tabela 7). A maior parte desses dados problemáticos, porém, referiam-se a somas que divergiam pouco (menos de 1%) dos valores predominantes. As tabelas paroquiais com necessidade de uma intervenção mais incisiva (com divergências de valores iguais ou superiores a 1% do resultado predominante), em algum dos oito segmentos de população, foi inferior a 6% dos casos, sendo mais presentes nos casos dos viúvos (5,3%) e das viúvas (5,5%) livres, presumivelmente por se tratar de números pequenos, em que as divergências, quando existentes, tendiam a ser grandes, em termos percentuais.

Pela Tabela 8, o grupo das paróquias com valores divergentes aos resultados predominantes em ao menos uma linha do 6º quadro, pode ser dividido em três subgrupos, segundo o resultado total: 1) as paróquias em que os valores se compensavam, formando totais idênticos aos valores modais, e representavam 11,3%; 2) aquelas com valores totais inferiores à moda (10,1%) e 3) superiores à moda (10,0%). Em termos de contingentes

populacionais, tratavam-se de paróquias ligeiramente mais populosas que sem divergência, e, por isso, ocupavam uma parcela maior, de 35,7% da população.

Tabela 7 – Distribuição das paróquias, por nível de diferença da soma das categorias nos quadros de profissão em relação ao resultado predominante, segundo atributos de condição, sexo e estado marital – Brasil – 1872

Condição, sexo e estado marital	Número em relação ao resultado predominante						Total	
	Sem divergência		Com divergência leve (menos de 1%)		Com divergência severa (1% ou mais)			
	N.	%	N.	%	N.	%	N.	%
Livres								
Homens								
Solteiros	1.272	88,3	136	9,4	32	2,2	1.440	100,0
Casados	1.272	88,3	111	7,7	57	4,0	1.440	100,0
Viúvos	1.339	93,0	24	1,7	77	5,3	1.440	100,0
Mulheres								
Solteiras	1.317	91,5	91	6,3	32	2,2	1.440	100,0
Casadas	1.333	92,6	61	4,2	46	3,2	1.440	100,0
Viúvas	1.331	92,4	30	2,1	79	5,5	1.440	100,0
Escravos								
Homens	1.357	94,2	32	2,2	51	3,5	1.440	100,0
Mulheres	1.380	95,8	10	0,7	50	3,5	1.440	100,0

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

Tabela 8 – Distribuição das paróquias, por nível de diferença da soma das categorias nos quadros de profissão em relação ao resultado predominante, segundo valores originais totais – Brasil – 1872

Paróquias e população em relação ao resultado predominante	Paróquia		População (1)	
	N.	%	N.	%
Total	1.440	100,0	9.930.478	100,0
Sem divergência	988	68,6	6.385.567	64,3
Com divergência	452	31,4	3.544.911	35,7
Total igual à moda, mas por compensação de linhas	163	11,3	1.191.710	12,0
Total menor que a moda	145	10,1	1.117.140	11,2
Total maior que a moda	144	10,0	1.236.061	12,4

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Base de dados digital do Cedeplar.

(1) População já corrigida pelo MRP nas paróquias com divergência de valores.

Desses três subgrupos de paróquias com dados divergentes ao MRP, que possuem dimensões semelhantes, o primeiro desperta especial atenção, pois sugere que tenha havido uma tentativa, por parte dos recenseadores ou técnicos da DGE, em “ajustar” os números das linhas, de modo a fazer com que a soma das categorias ocupacionais de todos os segmentos por condição social, sexo e estado marital totalizasse um valor idêntico com os totais dos outros quadros da respectiva paróquia, harmonizando, assim, o conjunto de dados, mas sem a devida atenção para o fato das divergências persistirem nos níveis mais desagregados.

Deve-se reiterar, aqui, que o MRP conserva os dados originais dos quadros das paróquias cujos totais são consistentes e, nos casos contrários, o processo corretivo é minimizado por intervir apenas nos segmentos inconsistentes dos quadros, mantendo inalterado os demais dados. Em relação à informação ocupacional do censo, contido no 6º quadro, a Tabela 9 evidencia que nos 68,6% das paróquias com todos os dados ocupacionais “corretos”, o processo de correção pelo MRP manteve os dados originais. O mesmo, porém, não se deu com a correção proposta pelo Cebap.

Tabela 9 – População recenseada nas paróquias sem divergências ao MRP, por diferentes fontes e métodos de correção censitária, segundo profissões e grupos profissionais – Brasil – 1872

Profissões e grupos profissionais	Base CEDEPLAR (A)		Correção pelo MRP (B)		Base CEBRAP (C)		Diferenças absolutas	
	N	%	N	%	N	%	(B)-(A)	(C)-(A)
Total	6.385.567	100,0	6.385.567	100,0	6.369.894	100,0	0	-15.673
Profissões liberais	45.941	0,7	45.941	0,7	45.872	0,7	0	-69
Religiosos	1.880	0,0	1.880	0,0	1.871	0,0	0	-9
Juristas (1)	4.816	0,1	4.816	0,1	4.801	0,1	0	-15
Empregados públicos	6.276	0,1	6.276	0,1	6.259	0,1	0	-17
Artistas	24.342	0,4	24.342	0,4	24.340	0,4	0	-2
Demais (2)	8.627	0,1	8.627	0,1	8.601	0,1	0	-26
Prof. industriais e comerciais	93.963	1,5	93.963	1,5	93.747	1,5	0	-216
Manufatureiros e fabricantes	12.334	0,2	12.334	0,2	12.309	0,2	0	-25
Comerciantes (3)	81.629	1,3	81.629	1,3	81.438	1,3	0	-191
Prof. manuais ou mecânicas	516.547	8,1	516.547	8,1	516.116	8,1	0	-431
Costureiras	318.518	5,0	318.518	5,0	318.283	5,0	0	-235
Operários	198.029	3,1	198.029	3,1	197.833	3,1	0	-196
Em madeiras	34.225	0,5	34.225	0,5	34.182	0,5	0	-43
Em tecidos	86.223	1,4	86.223	1,4	86.223	1,4	0	0
Demais (4)	77.581	1,2	77.581	1,2	77.428	1,2	0	-153
Profissões agrícolas	1.907.230	29,9	1.907.230	29,9	1.903.598	29,9	0	-3.632
Lavradores	1.844.528	28,9	1.844.528	28,9	1.840.897	28,9	0	-3.631
Criadores	62.702	1,0	62.702	1,0	62.701	1,0	0	-1
Criados e Jornaleiros (5)	366.685	5,7	366.685	5,7	365.866	5,7	0	-819
Serviço doméstico	843.537	13,2	843.537	13,2	840.675	13,2	0	-2.862
Demais (6)	61.240	1,0	61.240	1,0	60.868	1,0	0	-372
Sem profissão (7)	2.550.424	39,9	2.550.424	39,9	2.543.152	39,9	0	-7.272

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Bases de dados digitais do Cedeplar e do Cebrap. (1) Inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; (2) Inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores; (3) Inclui guarda-livros e caixeiros; (4) Inclui canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros; operários em metais, operários de edificações, operários em couros e peles, em tinturaria, operários de vestuários, de chapéus e de calçados; (5) definidos como pessoas assalariadas; (6) Inclui militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; (7) Inclui pessoas de 0 a 9 anos e adultos sem profissão ou sem declaração de informação ocupacional.

As somatórias dos dados originais de profissões parecem sobre-estimados em relação aos próprios números do censo. Nesse sentido, ambos os métodos de correção apresentados na Tabela 9 e, também, na Tabela 10, atuaram no sentido de desinflar os números de ocupados, com algumas diferenças que valem ser destacadas. No processo MRP, as intervenções, além de mais seletivas em relação à identificação dos pontos problemáticos dos quadros de ocupações, ocorreram de forma mais proporcional ao peso de cada categoria ocupacional, o que, vale mencionar, é uma decorrência lógica do próprio método de correção.

Tabela 10 – População recenseada nas paróquias com divergências ao MRP, por diferentes fontes e métodos de correção censitária, segundo profissões e grupos profissionais – Brasil – 1872

Profissões e grupos profissionais	Base CEDEPLAR		Correção pelo MRP (B)		Base CEBRAP		Diferenças absolutas	
	(A)		(B)		(C)		(B)-(A)	(C)-(A)
	N	%	N	%	N	%		
Total	3.627.684	100,0	3.544.911	100,0	3.543.377	100,0	-82.773	-84.307
Profissões liberais	36.767	1,0	35.829	1,0	36.747	1,0	-938	-20
Religiosos	1.194	0,0	1.181	0,0	1.194	0,0	-13	0
Juristas (1)	2.963	0,1	2.888	0,1	2.963	0,1	-75	0
Empregados públicos	6.395	0,2	6.136	0,2	6.395	0,2	-259	0
Artistas	20.790	0,6	20.340	0,6	20.773	0,6	-450	-17
Demais (2)	5.425	0,1	5.284	0,1	5.422	0,2	-141	-3
Prof. industriais e comerciais	66.304	1,8	65.291	1,8	66.374	1,9	-1.013	70
Manufatureiros e fabricantes	8.917	0,2	8.518	0,2	8.955	0,3	-399	38
Comerciantes (3)	57.387	1,6	56.773	1,6	57.419	1,6	-614	32
Prof. manuais ou mecânicas	323.147	8,9	322.099	9,1	323.340	9,1	-1.048	193
Costureiras	190.991	5,3	190.973	5,4	191.064	5,4	-18	73
Operários	132.156	3,6	131.126	3,7	132.276	3,7	-1.030	120
Em madeiras	23.571	0,6	23.103	0,7	23.568	0,7	-468	-3
Em tecidos	52.576	1,4	52.953	1,5	52.706	1,5	377	130
Demais (4)	56.009	1,5	55.070	1,6	56.002	1,6	-939	-7
Profissões agrícolas	1.053.713	29,0	1.047.825	29,6	1.044.772	29,5	-5.888	-8.941
Lavradores	1.011.417	27,9	1.004.825	28,3	1.002.485	28,3	-6.592	-8.932
Criadores	42.296	1,2	43.000	1,2	42.287	1,2	704	-9
Criados e Jornaleiros (5)	210.855	5,8	209.434	5,9	211.039	6,0	-1.421	184
Serviço doméstico	577.483	15,9	503.467	14,2	507.086	14,3	-74.016	-70.397
Demais (6)	49.355	1,4	48.302	1,4	49.408	1,4	-1.053	53
Sem profissão (7)	1.310.060	36,1	1.312.664	37,0	1.304.611	36,8	2.604	-5.449

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Bases de dados digitais do Cedeplar e do Cebrap. (1) Inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; (2) Inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores; (3) Inclui guarda-livros e caixeiros; (4) Inclui canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros; operários em metais, operários de edificações, operários em couros e peles, em tinturaria, operários de vestuários, de chapéus e de calçados; (5) definidos como pessoas assalariadas; (6) Inclui militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; (7) Inclui pessoas de 0 a 9 anos e adultos sem profissão ou sem declaração de informação ocupacional.

5. Estrutura ocupacional de 1872

Dentre as informações levantadas pelo Censo de 1872, a estrutura ocupacional da população, apresentada no 6º quadro, tem importância destacada, o que é verificado pela ampla utilização em vários estudos de múltiplas áreas de conhecimento.

Entretanto, o uso dos dados ocupacionais do Censo sempre se fez à sombra de muitas dúvidas e suposições sobre a sua forma de categorização ocupacional. Muitas dessas indagações não encontram respostas, em parte porque se desconhece, até o momento, o paradeiro, ou mesmo, a existência de documentos como as cadernetas dos agentes recenseadores, que poderiam orientar o processo de classificação das várias ocupações nas 36 profissões listadas no 6º quadro do censo, ou mesmo a decisão dos recenseadores ao deparar com situações em que os indivíduos desempenhavam duas ou mais atividades, como observou Paiva e Martins (1983: 13).

Além disso, a estrutura ocupacional de 1872 padece da mesma confusão conceitual de outras sistematizações de ocupações coevas em que se misturava inserção produtiva (tal como assalariados, capitalistas, proprietários e empregados públicos) com profissões (agricultores, parteiras, comerciantes, etc.). Essa mistura de informações é importante de se considerar, pois, devido a isso, não se pode, de fato, mensurar a distribuição exata das profissões, e também das múltiplas formas de inserções produtivas.

Uma das primeiras constatações, ao se deparar com os dados divulgados pela DGE no quadro que visava desmembrar a população por profissões, era que o maior contingente consistia, curiosamente, de indivíduos sem profissões (42,0%). Como o quadro contempla a população total, não é difícil imaginar que grande parte desse segmento consistisse de crianças de 0 até 10 anos que ainda não tivessem se inserido em atividades produtivas, embora se deva supor a entrada precoce na vida econômica adulta. Como se sabe, a estrutura etária do Brasil era muito jovem, sendo que esse primeiro segmento etário respondia por cerca de $\frac{1}{4}$ do total da população⁷ (Tabela 11).

Quando se considera exclusivamente a população com profissão declarada, fica ressaltado o caráter rural da sociedade e economia, uma vez que as profissões agrícolas absorviam mais da metade dos ocupados (56,3%). O emprego doméstico era a segunda maior ocupação em relação ao número de pessoas listadas (18,2%). Com isso, os setores secundário e terciário ocupavam uma posição menor (16,7%), e, em grande parte, a serviço do setor primário.

Ao conceber o mesmo quadro pela somatória dos dados paroquiais originais, observa-se uma redução sensível do número de pessoas “sem profissão”, ao passar para 38,6%. A forte feição rural da estrutura ocupacional também é abrandada, com o segmento das ocupações agrícolas retraindo para 48,1% do total com declaração de ocupação. Contudo, as profissões próprias dos setores secundário e terciário crescem menos de 1 ponto percentual. De fato, nessa mudança de fontes e método, são os serviços domésticos e as profissões assalariadas – de criados e jornaleiros – os segmentos com maior acréscimo de importância. Como esperado, o ajuste numérico dos dados paroquiais pelo MRP não trouxe alteração relevante em relação à composição ocupacional produzida com os dados paroquiais originais, uma vez que são números mais agregados, em que os erros contidos na base original se anulavam, em alguma medida.

As diferenças de composição ocupacional percebidas entre o que a DGE divulgou no primeiro volume de sua publicação do censo e o que, de fato, se extraiu da soma dos dados paroquiais (corrigidos ou não pelo MRP) permitem pensar que a construção de dados consolidados para o Brasil e províncias tivesse sido afetada não só por erros de soma, justificados pelas limitações técnicas; mas também pelo imaginário de organização do trabalho que o Censo deveria refletir. Supostamente, entre o plausível e o não admissível de ser encontrado em uma sociedade agrária, foi-se inflando aquelas ocupações mais identificadas com essa estrutura voltada para a produção de bens primários, em detrimento das demais profissões, no processo de somatória para formação dos números mais agregados.

⁷ Adicionalmente à situação dos indivíduos inativos – jovens, e adultos – é possível que parte dos casos “sem profissão” tenha sido decorrente de dúvidas quanto a forma mais adequada de se registrar algumas profissões que não se adequavam perfeitamente na sua estrutura previamente agrupada de profissões. Além disso, a não declaração de informação ocupacional também pode ter sido outra razão para o grande número de pessoas “sem profissão”.

Tabela 11 – Distribuição da população, por diferentes fontes e metodologias de correção, segundo profissões – Brasil – 1872

Profissões e grupos profissionais	Dados oficiais DGE			Base CEDEPLAR (totais paroquiais)			Correção pelo MRP (totais paroquiais)		
	N	%	%	N	%	%	N	%	%
Total	9.930.478	100,0	-	10.013.251	100,0	-	9.930.478	100,0	-
Com profissão declarada	5.758.364	58,0	100,0	6.152.767	61,4	100,0	6.067.390	61,1	100,0
Profissões liberais	69.570	0,7	1,2	82.708	0,8	1,3	81.770	0,8	1,3
Religiosos	2.618	0,0	0,0	3.074	0,0	0,0	3.061	0,0	0,1
Juristas (1)	6.958	0,1	0,1	7.779	0,1	0,1	7.704	0,1	0,1
Empregados públicos	10.710	0,1	0,2	12.671	0,1	0,2	12.412	0,1	0,2
Artistas	41.203	0,4	0,7	45.132	0,5	0,7	44.682	0,4	0,7
Demais (2)	8.081	0,1	0,1	14.052	0,1	0,2	13.911	0,1	0,2
Prof. industriais e comerciais	121.499	1,2	2,1	160.267	1,6	2,6	159.254	1,6	2,6
Manufatureiros e fabricantes	19.366	0,2	0,3	21.251	0,2	0,3	20.852	0,2	0,3
Comerciantes (3)	102.133	1,0	1,8	139.016	1,4	2,3	138.402	1,4	2,3
Prof. manuais ou mecânicas	769.386	7,7	13,4	839.694	8,4	13,6	838.646	8,4	13,8
Costureiras	506.450	5,1	8,8	509.509	5,1	8,3	509.491	5,1	8,4
Operários	262.936	2,6	4,6	330.185	3,3	5,4	329.155	3,3	5,4
Em madeiras	39.492	0,4	0,7	57.796	0,6	0,9	57.328	0,6	0,9
Em tecidos	139.342	1,4	2,4	138.799	1,4	2,3	139.176	1,4	2,3
Demais (4)	84.102	0,8	1,5	133.590	1,3	2,2	132.651	1,3	2,2
Profissões agrícolas	3.243.598	32,7	56,3	2.960.943	29,6	48,1	2.955.055	29,8	48,7
Lavradores	3.037.466	30,6	52,7	2.855.945	28,5	46,4	2.849.353	28,7	47,0
Criadores	206.132	2,1	3,6	104.998	1,0	1,7	105.702	1,1	1,7
Criados e Jornaleiros (5)	409.672	4,1	7,1	577.540	5,8	9,4	576.119	5,8	9,5
Serviço doméstico	1.045.615	10,5	18,2	1.421.020	14,2	23,1	1.347.004	13,6	22,2
Demais (6)	99.024	1,0	1,7	110.595	1,1	1,8	109.542	1,1	1,8
Sem profissão (7)	4.172.114	42,0	-	3.860.484	38,6	-	3.863.088	38,9	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Volume 1, da Diretoria Geral (1876) e base de dados digital do Cedeplar. (1) Inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; (2) Inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores; (3) Inclui guarda-livros e caixeiros; (4) Inclui canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros; operários em metais, operários de edificações, operários em couros e peles, em tinturaria, operários de vestuários, de chapéus e de calçados; (5) definidos como pessoas assalariadas; (6) Inclui militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; (7) Inclui pessoas de 0 a 9 anos e adultos sem profissão ou sem declaração de informação ocupacional.

Na realidade, a detecção de números conflitantes entre os dados consolidados pela DGE sobre Minas Gerais, e aqueles provenientes da sistematização dos quadros das paróquias, para o segmento cativo da população, apresentados em Martins (1980, 322) foi um dos principais motivadores da iniciativa de digitalizar os quadros censitários paroquiais, no princípio da década de 1980, pelo Cedeplar. De fato, as discrepâncias observadas nos dados agregados do Brasil se reproduzem ao nível das províncias, por vezes em escala ampliada.

Considerando os dados de escravos na província mais populosa do Império, pela Tabela 12, observa-se, como já apontava Martins (1980), que o contingente de cativos nas atividades agrárias, pela DGE, era artificialmente elevado, e reduzia quase que à metade, quando computados os dados paroquiais. Refeitas as contas, pelo MRP, observa-se que parte desses escravos estavam nas atividades manuais e mecânicas, atuando como criados e jornaleiros, e sobretudo, nos serviços domésticos e como indivíduos “sem profissão”.

Tabela 12 – Distribuição da população escrava, por diferentes fontes e metodologias de correção, segundo profissões – Minas Gerais – 1872

Profissões e grupos profissionais	Dados oficiais DGE			Base CEDEPLAR (totais paroquiais)			Correção pelo MRP (totais paroquiais)		
	N	%	%	N	%	%	N	%	%
Total	370.459	100,0	-	370.714	100,0	-	370.459	100,0	-
Com profissão declarada	326.142	88,0	100,0	252.351	68,1	100,0	251.608	67,9	100,0
Profissões liberais	16	0,0	0,0	9	0,0	0,0	7	0,0	0,0
Religiosos	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Juristas (1)	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Empregados públicos	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Artistas	16	0,0	0,0	4	0,0	0,0	2	0,0	0,0
Demais (2)	0	0,0	0,0	5	0,0	0,0	5	0,0	0,0
Prof. industriais e comerciais	0	0,0	0,0	3	0,0	0,0	3	0,0	0,0
Manufatureiros e fabricantes	0	0,0	0,0	3	0,0	0,0	3	0,0	0,0
Comerciantes (3)	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0
Prof. manuais ou mecânicas	16.370	4,4	5,0	27.843	7,5	11,0	28.197	7,6	11,2
Costureiras	8.160	2,2	2,5	17.157	4,6	6,8	17.277	4,7	6,9
Operários	8.210	2,2	2,5	10.686	2,9	4,2	10.920	2,9	4,3
Em madeiras	88	0,0	0,0	984	0,3	0,4	991	0,3	0,4
Em tecidos	8.031	2,2	2,5	6.454	1,7	2,6	6.428	1,7	2,6
Demais (4)	91	0,0	0,0	3.248	0,9	1,3	3.501	0,9	1,4
Profissões agrícolas	278.767	75,2	85,5	114.786	31,0	45,5	114.303	30,9	45,4
Lavradores	278.767	75,2	85,5	114.706	30,9	45,5	114.223	30,8	45,4
Criadores	0	0,0	0,0	80	0,0	0,0	80	0,0	0,0
Criados e Jornalheiros (5)	16.633	4,5	5,1	27.673	7,5	11,0	27.102	7,3	10,8
Serviço doméstico	14.356	3,9	4,4	81.994	22,1	32,5	81.953	22,1	32,6
Demais (6)	0	0,0	0,0	43	0,0	0,0	43	0,0	0,0
Sem profissão (7)	44.317	12,0	-	118.363	31,9	-	118.851	32,1	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Volume 1, da Diretoria Geral (1876) e base de dados digital do Cedeplar. (1) Inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; (2) Inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores; (3) Inclui guarda-livros e caixeiros; (4) Inclui canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros; operários em metais, operários de edificações, operários em couros e peles, em tinturaria, operários de vestuários, de chapéus e de calçados; (5) definidos como pessoas assalariadas; (6) Inclui militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; (7) Inclui pessoas de 0 a 9 anos e adultos sem profissão ou sem declaração de informação ocupacional.

Em relação à população livre, distorções relevantes foram observadas das estatísticas divulgadas pela DGE para os dados paroquiais corrigidos, só que em movimento inverso ao dos escravos (Tabela 13). Desta vez, era o contingente de pessoas “sem profissão” o segmento sobre-estimado pela DGE. Com dados corrigidos, ampliou-se, expressivamente, os pesos dos segmentos dos profissionais liberais, da indústria e comércio, de assalariados (criados e jornalheiros) e no serviço doméstico. Os incrementos absolutos das profissões manuais e mecânicas e das profissões agrárias, embora expressivos, não foram proporcionais aos demais aumentos e, com isso, esses dois segmentos perderam peso relativo na nova recontagem.

Tabela 13 – Distribuição da população livre, por diferentes fontes e metodologias de correção, segundo profissões – Minas Gerais – 1872

Profissões e grupos profissionais	Dados oficiais DGE			Base CEDEPLAR (totais paroquiais)			Correção pelo MRP (totais paroquiais)		
	N	%	%	N	%	%	N	%	%
Total	1.669.276	100,0	-	1.673.998	100,0	-	1.669.276	100,0	-
Com profissão declarada	697.730	41,8	100,0	1.063.672	63,5	100,0	1.062.399	63,6	100,0
Profissões liberais	1.621	0,1	0,2	5.874	0,4	0,6	5.798	0,3	0,5
Religiosos	257	0,0	0,0	574	0,0	0,1	574	0,0	0,1
Juristas (1)	370	0,0	0,1	1.452	0,1	0,1	1.415	0,1	0,1
Empregados públicos	75	0,0	0,0	583	0,0	0,1	565	0,0	0,1
Artistas	362	0,0	0,1	921	0,1	0,1	921	0,1	0,1
Demais (2)	557	0,0	0,1	2.344	0,1	0,2	2.323	0,1	0,2
Prof. industriais e comerciais	1.656	0,1	0,2	15.487	0,9	1,5	15.310	0,9	1,4
Manufatureiros e fabricantes	754	0,0	0,1	513	0,0	0,0	482	0,0	0,0
Comerciantes (3)	902	0,1	0,1	14.974	0,9	1,4	14.828	0,9	1,4
Prof. manuais ou mecânicas	182.438	10,9	26,1	240.781	14,4	22,6	240.522	14,4	22,6
Costureiras	116.473	7,0	16,7	141.768	8,5	13,3	142.014	8,5	13,4
Operários	65.965	4,0	9,5	99.013	5,9	9,3	98.508	5,9	9,3
Em madeiras	698	0,0	0,1	9.746	0,6	0,9	9.598	0,6	0,9
Em tecidos	62.873	3,8	9,0	63.904	3,8	6,0	64.296	3,9	6,1
Demais (4)	2.394	0,1	0,3	25.363	1,5	2,4	24.614	1,5	2,3
Profissões agrícolas	301.672	18,1	43,2	373.068	22,3	35,1	371.515	22,3	35,0
Lavradores	286.918	17,2	41,1	370.896	22,2	34,9	369.550	22,1	34,8
Criadores	14.754	0,9	2,1	2.172	0,1	0,2	1.965	0,1	0,2
Criados e Jornalheiros (5)	82.307	4,9	11,8	169.772	10,1	16,0	170.939	10,2	16,1
Serviço doméstico	125.567	7,5	18,0	249.588	14,9	23,5	249.068	14,9	23,4
Demais (6)	2.469	0,1	0,4	9.102	0,5	0,9	9.247	0,6	0,9
Sem profissão (7)	971.546	58,2	-	610.326	36,5	-	606.877	36,4	-

Fonte dos dados básicos: DGE – Recenseamento do Império de 1872. Volume 1, da Diretoria Geral (1876) e base de dados digital do Cedeplar. (1) Inclui juizes, advogados, notários e escrivães, procuradores e oficiais de justiça; (2) Inclui médicos, cirurgiões, farmacêuticos, parteiras, professores; (3) Inclui guarda-livros e caixeiros; (4) Inclui canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros; operários em metais, operários de edificações, operários em couros e peles, em tinturaria, operários de vestuários, de chapéus e de calçados; (5) definidos como pessoas assalariadas; (6) Inclui militares, marítimos, pescadores, capitalistas e proprietários; (7) Inclui pessoas de 0 a 9 anos e adultos sem profissão ou sem declaração de informação ocupacional.

Considerações finais

A correção pelo MRP para os dados de 1872 é um método que visa eliminar as contradições internas aos dados do censo, existentes na publicação, devido aos erros de contagem, no processo de sistematização das informações, que foram somados, mais tarde, aos erros tipográficos. Estes últimos encontram-se em menor quantidade no primeiro volume da publicação, que contém a síntese dos dados do Império, mas são freqüentemente notados nos volumes seguintes, referentes às províncias, que continham os dados mais desagregados das paróquias. Possivelmente, uma revisão mais atenta para a disponibilização dos principais dados, no primeiro volume, não tenha se estendido nos seguintes.

Em outras palavras, o MRP traduz o que a DGE apurou no seu levantamento censitário, mas que não logrou sintetizar na sua publicação. A incapacidade da DGE em fazer com que números mais exatos do censo viessem à luz se agravava à medida em que se tratasse de informações mais desagregadas, como a segmentação da população por profissão.

Nessa última, além dos problemas de cálculo, suspeita-se da interferência arbitrária dos técnicos em fazer com que os dados expressassem uma sociedade mais agrária do que, de fato, haviam apurado empiricamente, na própria pesquisa de campo.

Mas o objetivo de se corrigir o censo pelo MRP não foi de apenas torná-lo mais fiel a si próprio, pela consistência que se obteve entre o macro e o micro, entre províncias e paróquias. Como foi mostrado ao longo do texto, o uso dos dados originais das paróquias já seria, em grande medida, suficiente para deduzir a efetiva distribuição da população, no caso tratado, em relação às profissões. Daí que as condições para o grande salto nas possibilidades de se fazer releituras pelo Censo de 1872 foram geradas no princípio da década de 1980, quando se deu início ao trabalho de digitalização dos dados paroquiais do Censo.

A correção pelo MRP nos dados originais do Censo de 1872 deve ser ainda mais oportuna nos estudos espacialmente mais desagregados, em que se considera subdivisões de províncias, como regiões e unidades administrativas, tais como as comarcas e termos. Nesses casos, os erros devem assumir uma dimensão maior que aquelas presentes em unidades maiores, pois as chances de um sub-registro ser compensado por outro sobre-registro, ou vice-versa, diminuem à medida em que se reduzem os tamanhos das unidades espaciais de análise.

Cumprido destacar, contudo, que a correção pelo MRP não pode ser vista como ajuste final e decisivo para os dados de 1872. É, sim, o começo. Uma vez corrigidos os dados, percebeu-se que deformidades da distribuição etária persistiam, em algumas paróquias, e que, em outras, as distribuições ocupacionais continuavam pouco plausíveis. Por isso, a aplicação do MRP não prescinde dos métodos de análises e ajustes convencionais da demografia, existentes para a avaliação de qualquer censo. Também vale ressaltar que o MRP pode ser aplicado aos dados paroquiais após a aplicação da correção proposta pela pesquisa da Fundação João Pinheiro e IPEA que efetuou a segunda etapa de correção dos dados paroquiais originais, para se atingir um maior grau de exatidão.

Referências bibliográficas

- BOTELHO, Tarcísio R. **População e nação no Brasil do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.
- CEBRAP. **O banco de dados**. s.d. Disponível em: <<http://www.cebrap.org/Recenseamentos/01/index.html>>. Acesso em: 07 abr. 2008.
- DIRETORIA GERAL de Estatística, **Recenseamento Geral do Império de 1872**. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger / Tip. Commercial, 1876, 12 volumes. Disponível em: <http://www.biblioteca.ibge.gov.br/coleção_digital_publicacoes.php> Acesso em: 07 abr. 2008
- MARCÍLIO, Maria L. A população do Brasil em perspectiva histórica. In: COSTA, Iraci Del Nero da (org.). **Brasil: história econômica e demográfica**. São Paulo: IPE/USP, 1986. p. 11-27.
- MARTINS, Roberto Borges. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil**. Tese: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutorado)
- MELLO FILHO, Marcelo S. B. de, RODARTE, Mario M. S., SANTOS JÚNIOR, José M. dos Entre o escravismo e a gênese do mercado de trabalho: O processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 – 1870. In: VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 8ª Conferência Internacional de História de Empresas, 2007, Aracaju. **Anais Eletrônicos...** Aracaju: ABPHE, 2007.

- MELLO FILHO, Marcelo S. B., SANTOS JÚNIOR, José M. dos, RODARTE, Mario M. S. Nem desconcentração espacial, nem ruralização: o processo de ocupação demográfica, na Província de Minas Gerais, entre as décadas de 1830 e 1870 In: XII Seminário sobre a Economia Mineira, 2006, Diamantina. **Anais Eletrônicos...** Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2006.
- MELLO FILHO, Marcelo S. B. **O declínio do escravismo em um território de contrastes: Minas Gerais, 1830 - 1872.** 2006. 50f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- PAIVA, Clotilde A.; MARTINS, Roberto B. **Um estudo crítico do Recenseamento de 1872.** Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983. (mimeo)
- RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. **Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil.** São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar.)
- RODARTE, Mario M. S. **O trabalho do fogo:** Perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese (Doutorado em Demografia, em elaboração) – Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- SANTOS JÚNIOR, José. M. **A estrutura ocupacional revisitada: a nova metodologia de correção de dados censitários de 1872.** 2007. 53f. Monografia (graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- SILVA, Joaquim N. S. e. **Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje.** São Paulo: IPE/USP, 1986. (ed. fac-similar; 1ª ed.: 1870)